

O SABER CAMPONÊS: apropriação dos Recursos no Sertão dos Inhamuns - CE

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará
joselevi@uol.com.br

Anna Erika Ferreira Lima
Universidade Federal do Ceará
annaerika@gmail.com

RESUMO

Embora possua origens remotas, a questão agrária se materializa como um debate persistente no início do século XXI. Mesmo diante de consideráveis transformações econômicas, sociais e políticas o que se percebe no Brasil e no mundo é a vitalidade da luta por terra e da demanda por reforma agrária, via resistência e superação das adversidades postas aos camponeses. Logo, resultantes tanto da história de vida, como dos costumes, os camponeses, expressam suas formas de apropriação por meio das tradições culturais ou costumes camponesinos. Eles lançam um olhar orientado pelas necessidades, seus conhecimentos e seu saber fazer, para conseguirem a soberania alimentar, superação dos problemas camponeses e resistência ao sistema capitalista. A discussão sobre esse tema no presente artigo envolve a compreensão do contexto histórico no qual o camponês está inserido, bem como suas práticas culturais. Essas reflexões foram pouco a pouco instigando a discussão sobre como os costumes camponeses se refletem na apropriação dos recursos no espaço agrário do assentamento Ingá/Facundo, localizado no município de Parambu, Microrregião do Sertão dos Inhamuns, a 371 km da cidade de Fortaleza, no Ceará, porquanto tal fato é elemento fundamental para compreender como se dá a resistência e superação da cultura camponesa diante das condições, por vezes, adversas do semi-árido cearense.

Palavras-chave: camponês, cultura, apropriação.

RESUMEN

Aunque posee orígenes remotos, la cuestión agraria se materializa como un debate persistente en el inicio del siglo XXI. Aun delante de considerables transformaciones económicas, sociales y políticas, lo que se percibe en Brasil y en el mundo es la vitalidad de la lucha por tierra y de la demanda por reforma agraria, vía resistencia y superación de las adversidades puestas a los campesinos. Luego, resultantes tanto de la historia de vida, como de las costumbres, los campesinos expresan sus formas de apropiación por medio de las tradiciones culturales o costumbres campesinas. Ellos lanzan una mirada orientada por las necesidades, sus conocimientos y su saber hacer, para conseguir la soberanía alimentar, superación de los problemas campesinos y resistencia al sistema capitalista. La discusión sobre ese tema en el presente artículo envuelve la comprensión del contexto histórico en el que el campesino está inserido, bien como sus prácticas culturales. Esas reflexiones fueron poco a poco instigando la discusión sobre cómo las costumbres campesinas se reflejan en la apropiación de los recursos en el espacio agrario del asentamiento Ingá/Facundo, ubicado en el municipio de Parambu, Microrregión del Sertón de los Inhamuns, a 371 km de la ciudad de Fortaleza, en Ceará, puesto que tal hecho es elemento fundamental para comprender como se da la resistencia y superación de la cultura campesina delante de las condiciones, por veces, adversas del semiárido cearense.

Palabras clave: campesino, cultura, apropiación.

Introdução

Embora possua origens remotas, a questão agrária se materializa como um debate persistente no início do século XXI. Mesmo diante de consideráveis transformações econômicas, sociais e políticas, o que se percebe no Brasil e no mundo é a “extraordinária vitalidade da luta por terra e da demanda por reforma agrária” (MEDEIROS, 2003, p.7), via resistência e superação das adversidades postas aos camponeses.

A compreensão do campesinato, parte integrante e essencial no debate sobre a questão agrária, leva a considerar os fatores históricos e inevitavelmente as distintas posições entre a permanência e a extinção do camponês. Nas concepções leninista e kautskiana, o camponês, como pequeno produtor de mercadoria, está condenado ao desaparecimento ou ao seu desdobramento em uma das duas classes fundamentais da

sociedade: o proletariado e a burguesia. Chayanov, porém, se contrapõe a esse ponto de vista. Para ele o campesinato não é simplesmente uma forma “ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento” (CHAYANOV apud ABRAMOVAY, 1992, p.59), ao contrário, possui uma identidade social e uma resistência expressa via luta pela Reforma Agrária.

Como bem destaca Moura (1986), é o fato do conceito de camponês ir além da “[...] materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político” (p.69).

Essa parcela populacional da sociedade, denominada por vezes de “tradicional”, de “rústica” ou “camponesa”, possui sua própria história composta, conforme Speyer (1981), por um conjunto de traços culturais de origens diversas, tais como os de origem africana, indígena e portuguesa. Referidos traços fazem parte do “modo de vida social”, resultantes das influências exógenas, material, intelectual e históricas. Todavia, há as criações e recriações no interior das comunidades.

Logo, resultantes tanto da história de vida como dos costumes, os camponeses expressam suas formas de apropriação por meio das tradições culturais ou costumes camponeses. Eles lançam um olhar orientado pelas “[...] necessidades, seus conhecimentos e seu *savoir faire*” (GODARD, 2002, p. 205), para conseguirem soberania alimentar, superação dos problemas camponeses e resistência ao sistema capitalista.

A discussão sobre esse tema envolve a compreensão do contexto histórico no qual o camponês está inserido. Desse modo, estão sendo considerados os camponeses do assentamento rural Ingá/Facundo, localizado no município de Parambu, Microrregião do Sertão dos Inhamuns, a 371 km da cidade de Fortaleza, no Ceará. A área desapropriada por interesse social (5/2/1981) possui 3.824 hectares de dimensão e 102 famílias (INCRA, 2005), a maioria antigos moradores, hoje parceleiros (1). Assim, questões surgiram sobre a temática a ser trabalhada: Como os costumes influenciam na apropriação dos recursos? De que maneira os assentados têm lidado com as condições adversas da região? Como as práticas culturais são transmitidas e o que nelas tem mudado?

Essas reflexões foram pouco a pouco instigando a discussão sobre como os costumes camponeses se refletem na apropriação dos recursos no espaço agrário do assentamento Ingá/Facundo em Parambu, porquanto tal fato é elemento fundamental para compreender como se dá a resistência e superação da cultura camponesa diante das condições, por vezes, adversas do semi-árido cearense.

A questão agrária e o espaço: saber fazer camponês

Os estudos sobre a questão agrária, com foco no campesinato, em parte, se limitam a discutir as relações de trabalho e os aspectos conceituais, secundarizando a cultura e os costumes. Estes são negligenciados e considerados sem a devida importância para a organização do espaço.

Contudo, é nos ambientes de vivência que se processam as relações de trabalho, as festas, as práticas agrícolas específicas a cada tipo de solo, as atividades de conservação da terra, os sentimentos, as identidades, além dos ensinamentos transmitidos de pais para filhos.

Neste sentido, o espaço rural passa a ser, como fala Alencar (2000), “o lugar de produção, da distribuição, da circulação, do consumo” (p.52) e também o das relações familiares. Ou seja, refere-se a uma área que é parte da sociedade e que detém forma particular de produção. Essa área é um espaço por estar ocupada pelo homem em ação. (ALENCAR, 2000).

Para este autor o assentamento é um espaço de vivência, um espaço social no qual as famílias constroem sua história, transcendendo a condição de sobrevivência material, ou seja,

[...] representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia-a-dia, tem seu modo de vida, como o vaivém da labuta no roçado, cuidados com os animais, o pegar da água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude, a conversa “fiada” do compadre e da comadre à “boquinha” da noite. Enfim, o assentado apropria-se do assentamento e este vai ganhando significado pelo uso, pela apropriação. (ALENCAR, 2000, p.50).

A apropriação do espaço pelos sujeitos origina os lugares com os quais os indivíduos estabelecem relações de afetividade. Dentro dessa lógica, defende-se o fato de ser essencial discutir o conceito de lugar, pois é neste que se percebem influências como as formas de apropriação do espaço.

É nesses ambientes que se materializam os conhecimentos dos camponeses. Os saberes não são meramente pragmáticos, embora possam alcançar resultados práticos (produção de alimentos). Eles também não se restringem a uma conexão de ações técnicas, “[...] cujos pressupostos são dominados pelos camponeses, como sujeitos” (PINHEIRO, 2004, p.98). Conseguir efetivar essa leitura é essencial para se compreender a função camponesa no espaço do assentamento rural, já que

[...] o universo de saberes construídos pelos camponeses, na cotidianidade, se manifesta no trabalho [...] e nas práticas sociais, quando são necessários conhecimentos herdados de gerações anteriores e conhecimentos (re)elaborados em conseqüência de novas experiências (PINHEIRO, 2004, p.98).

Esta afirmação é corroborada por Wolf (1976) ao ressaltar: “para quem está de fora, o camponês é visto, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e bens, com os quais o grupo superior poderá aumentar seu fundo de poder” (WOLF, 1976, p.28).

Para tanto, convém esclarecer o significado de “cultura”, para se chegar à compreensão dos costumes desses agentes, considerando que o costume cria cultura e a cultura trabalhada cria costumes. Esses dois elementos nascem das relações sociais.

Caracterização da cultura e seus costumes: o ser camponês

Parafraseando Bosi (1992) “[...] começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem (BOSI, 1992, p.11). Conforme, então, o autor expõe, palavras como cultura, culto e colonização são derivadas do latim *colo*(2), que significa eu moro, eu ocupo a terra, ou, ainda, eu trabalho, eu cultivo o campo. Portanto, nas palavras de Bogo (2000) “em sua origem, a cultura está vinculada ao cultivo da terra e por decorrência, ao trabalho” (p.8).

Como adverte este autor, o processo de trabalho humano modifica a natureza e ao mesmo tempo altera sua própria natureza, aperfeiçoando as qualidades humanas. Além desse aspecto, a cultura está vinculada à existência do ser, das comunidades. Logo, chega-se “a uma conclusão muito simples, que cultura, trabalho e existência estão interligados. Por isso definimos que cultura é tudo o que fazemos para produzir nossa existência” (BOGO, 2000, p.8). Outro estudioso pronuncia-se sobre cultura:

[...] no final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico “Kultur” era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto que a palavra francesa “Civilization” referia-se principalmente às realizações materiais de um povo (LARAIA, 2001, p.25).

Esses termos foram sintetizados por Tylor (1932-1917), primeiro autor a definir o conceito de cultura na perspectiva utilizada na atualidade. Segundo ressalta, cultura é todo comportamento apreendido. Para ele, “no vocábulo inglês ‘Culture’, tomado em seu amplo sentido etnográfico, se caracteriza como [...] um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TAYLOR apud LARAIA, 2001, p.25).

De acordo com o observado, alguns estudos utilizaram tal definição de Taylor, como é o caso da pesquisadora Anne Marie Speyer (1981). Entretanto, desconsidera o fato de Taylor se preocupar mais com a igualdade existente na humanidade e menos com a diversidade cultural, ou seja, não apreende o relativismo cultural e, assim, minimiza os múltiplos caminhos da cultura, conforme bem destaca Laraia (2001).

Como é notório, a cultura não se desenvolve de maneira uniforme. É na diversidade cultural que a unidade da espécie humana pode ser explicada. Portanto, deve-se apreender que cada grupo apresenta especificidades e diferenças entre si, além de num mesmo grupo as diferenças serem marcadas por condições

econômicas, políticas, as quais diferem de família para família.

Por ser uma palavra polissêmica, possui pelo menos três significados complementares, como afirma Sachs (2000). Seriam eles:

É cultura todo conhecimento do meio em que vivemos. A cultura é um mediador entre sociedade e natureza (SACHS, 2000, p.9).

Cultura, também, é o conjunto dos valores, dos usos e das instituições, aquilo que os antropólogos conhecem e evidentemente está profundamente ligado com problemas dos postulados éticos (SACHS, 2000, p.10).

O terceiro sentido de cultura, [...], é tudo que diz respeito à atividade estética, no sentido amplo da palavra” (SACHS, 2000, p.11)

O autor trouxe, pois, uma reflexão sobre o que acontece em relação à excessiva concentração no referente à conservação da biodiversidade e a não suficiente atenção voltada à diversidade cultural e à enorme riqueza das formas de aproveitamento de recursos criados pelas diferentes culturas humanas ao longo dos séculos (SACHS, 2000, p.9).

Ao retomar os significados destacados por Sachs, tais conceitos se pautam adequadamente à relação existente entre o camponês e as formas de apropriação dos recursos, visto que, qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura (GEERTZ, 2006).

Tal fato não se distancia da realidade do camponês parceleiro, do assentado rural, do pequeno proprietário que teve como herança familiar a aquisição de conhecimentos voltados ao lidar com a terra e logo com a natureza, com vistas à soberania alimentar. Mencionadas práticas são constituídas de valores que determinam um tipo de cultura.

A cultura camponesa é uma forma de cultura popular como se pôde apreender em trabalhos de Wolf (1976), Moura (1986) e Bosi (1992). É real a dificuldade de se determinar o que é culto e o que é popular. Sobre a cultura popular, Bosi (1992) destaca:

[...] a cultura popular está generosamente aberta a múltiplas influências e sugestões, sem preconceito de cor, classe ou nação. E, o que é rico de conseqüências, sem preconceito de tempo. A cultura do povo é localista por fatalidade ecológica, mas na sua dialética humilde é virtualmente universal: nada refuga por princípio, tudo refaz por necessidade (BOSI, 1992, p.55).

Ainda sobre o assunto, conforme Caldart (1987 apud BARROSO, 2005) aponta a cultura popular em áreas de assentamento de reforma agrária, por ser e ter uma abrangência ampla do campo cultural, não se restringe às práticas artísticas, mas abarca o conjunto da atividade humana.

Ou seja, a cultura é a interação de saberes e práticas sociais das quais uma coletividade se utiliza para estabelecer relações com o mundo, para lidar com a natureza e com a sociedade com vistas a tornar possível a convivência em seu interior e com o exterior, logo, para viver e se reproduzir. É a maneira de ser de um povo, considerando a subjetividade, respondendo aos desafios a ele apresentados pela natureza e pela história (BARROSO, 2005).

Evidentemente a cultura não é algo que funciona somente via seres humanos, para alcançar fins sobre os quais esses devam estar vagamente cientes como destaca Cosgrove (2004), “pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana” (p. 101).

A cultura abrange a totalidade da vida de um povo, como afirma Speyer (1981), e está relacionada ao conjunto de valores que o animam

[...] e dos desvalores que o enfraquecem e que, ao serem partilhados em comum por seus membros, os reúnem na base de uma mesma “consciência coletiva”. A cultura abrange, outrossim, as formas através das quais estes valores ou desvalores se exprimem e configuram, isto é, os costumes, a língua, as instituições e estruturas de convivência social, quando não são impedidas ou reprimidas pela intervenção de outras culturas dominantes (PUEBLA, 1979 apud SPEYER, 1981, p.29-30, grifo meu).

Como menciona Santos (2005), a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “debaixo”, sendo portadora do próprio movimento da sociedade “[...] pondo em relevo o cotidiano dos pobres, da minoria, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias” (SANTOS, 2005, p.144). Não se poderia desconsiderar as influências que interferem, direta ou indiretamente, sobre os chamados por Milton Santos (2005) aspectos da existência. Seriam eles: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Tais influências advêm de processos históricos da sociedade, o acelerado processo de modernização, com as facilidades de acesso às informações, conforme ressalta Andrade (2004, p.73).

Ao longo do tempo, os costumes resistem diante das culturas diferentes da vida no campo. Eles indicam as características do campesinato. Segundo afirma Guzmán apud Carvalho (2005), ele se “[...] atreveria a definir o campesinato como uma forma de manejar os recursos naturais que permitem a reprodução do homem e a natureza (que são um todo) conservando a biodiversidade ecológica e sociocultural” (p.190); é o lidar com a terra e o apego a essa, com vistas à sobrevivência familiar, e o trabalho voltado a esse fim que os caracteriza.

Dessa forma, nas palavras de Bogo (2000) “[...] os costumes, comportamentos, valores, ensinamentos são heranças culturais que recebemos de nossos antepassados” (p.10). Caracterizam, assim, os aspectos culturais transmitidos de pais para filhos, por gerações e, por vezes, adaptados à chegada da tecnologia, mudanças nos sistemas de produção, sem, no entanto, perder a essência da sua autonomia.

Os costumes são provas desses processos históricos, os quais sofrem adaptações, modificações, se (re) produzindo conforme a conjuntura, mas não perdendo sua essência, mesmo quando sofrem influências da conjuntura na qual estão inseridos.

Portanto a cultura, vista como complexos padrões de comportamento, pode ser considerada sob várias linhas de discussão. Seriam elas: feixes de hábitos, tradições, *habitus*, costumes. Entre essas, escolheu-se os costumes como a linha para explicar a apropriação dos recursos na área pesquisada.

No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo o uso, prática ou direito reclamado (THOMPSON, 1998, p.16). Para o autor,

[...] os costumes realizam algo – não são formulações abstratas dos significados nem a busca de significados, embora possam transmitir um significado. Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem as reexpressem. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo direto [...], eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles co-participam (Id. *ibid.*, p.22).

Assim, se defende o fato do camponês ser resultante tanto de sua história de vida como de seus costumes. Ele reflete tais fatos no ambiente onde vive, quando atua na organização do seu espaço.

No Sertão as atividades tradicionais produtivas são conduzidas e reguladas pela natureza, como o preparo da área, o plantio, os tratamentos culturais (adubagem, utilização de fertilizantes naturais) e a colheita. Estas atividades são fundamentadas em períodos do ano considerados essenciais para se conseguir plantar na fase mais propícia ao desenvolvimento das culturas.

Para tanto, estratégias de sobrevivência são essenciais nesse contexto, pois na unidade geoambiental onde se materializam as práticas dos costumes camponeses em estudo, ou seja, na Depressão Sertaneja, a adversidade ambiental é uma constante, em virtude dos fatores climáticos, pedológicos e biogeográficos que assolam a região. Contudo, tais fatores estão associados, e interagem com as estruturas econômicas, políticas e ideológicas que permeiam as sociedades camponesas a exemplo dos camponeses que vivem no Sertão, assunto discutido a seguir.

Dos Inhamuns ao projeto de assentamento Inga/Facundo

O lugar ocupado pelo Sertão – com suas paisagens, seus costumes e tradições, formas de organização

social e produção econômica familiar ou não – é indicador da importância desse espaço na realidade estudada. O Sertão, antítese da civilização, elemento estéril, terrível, até mesmo sinistro, não “tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat natural” (SMITH, 1998, p.37), não é mais tomado nessa perspectiva como parafrazeou Smith (1998) ao falar que o natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização (Id. *ibid.*, p.37). Ele é lócus habitacional de reprodução social, principalmente camponesa. É lugar de apego aos que vivem nele e que, apenas, se ressentem da falta de recursos suficientes para mantê-los na terra, ou seja, solos de boa qualidade para a realização do trabalho e plantas suficientes para subsistência da família, fato que evitaria a migração.

A Microrregião do Sertão dos Inhamuns, pertencente à Mesorregião Sertões Cearenses, com uma área total de 11.692,761 km², compreende os municípios de Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Saboeiro, Tauá e Parambu. Neste último, especificamente, se percebe uma distinção clara sobre a localização dos núcleos habitacionais. Ou seja, muitas pessoas moram no Sertão (Depressão Sertaneja) e outras vivem na Serra (Platô da Serra Grande). Tal distinção (Serra e Sertão) faz parte dos processos de apropriação dos recursos nos quais há variações de costumes, hábitos definidores da cultura dos camponeses.

Sobre os aspectos físicos, a porção do município alocada na Unidade Geoambiental da Depressão Sertaneja. No referente aos elementos históricos, será efetivado um apanhado geral da Microrregião dos Sertões dos Inhamuns com maior detalhamento em Parambu, particularmente, no assentamento Ingá/Facundo.

Aspectos ambientais e históricos do Sertão dos Inhamuns

Mais de 90% do território cearense está incluído no semi-árido, região mais susceptível ao problema das secas. Representa, ainda, 51% da superfície regional, caracteriza-se pela irregularidade de chuvas e apresenta médias de 400 a 700 mm por ano, as quais sofrem variações anuais.

Conforme consta em Souza e Oliveira (2002), a “[...] irregularidade de chuvas, aliada às altas taxas de evaporação, 2000 mm para 2800 h de insolação e médias de 50% de umidade relativa do ar, justifica elevados déficits de balanço hídrico e configura insuficiência de água para as lavouras” (p.208). No clima semi-árido, somente as condições de temperaturas chegam a manter certa regularidade, ou seja, médias térmicas superiores a 22°C.

Para Alencar (2005), as áreas de concentração dos assentamentos do Ceará, os Sertões (p.215) “[...], em termos de Unidades Geoambientais, são denominadas de depressão sertaneja” (p.215). Essa se caracteriza por vastas áreas de aplainamento com altimetrias que variam entre 100 e 400m, com rampas de pequenos declives orientadas para a costa e para o fundo dos vales sertanejos. As depressões ocupam cerca de dois terços do território cearense, e representam a superfície de piso regional. Tal unidade apresenta temperaturas que variam de 24° C a 26° C, além de ter uma pluviosidade média de 532,1mm.

De acordo com a mesma fonte (p. 215-216),

[...] são solos que apresentam limitações de uso em virtude de serem rasos, pedregosos, susceptíveis a erosão e deficiência d’água. Em razão dessas características e da ocupação de uso dessa unidade ambiental ao longo dos séculos, é uma região ambiental instável, com tendência a processos de desertificação, portanto, requer para ser explorada que as condições ambientais sejam respeitadas.

Nesse contexto, admite-se o fato das terras semi-áridas sempre terem sido determinantes da vulnerabilidade econômica regional especialmente na região do Sertão (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.208). Por muitos séculos a seca (3) foi o principal e maior impacto negativo sobre o contexto social, econômico e ambiental. O que se faz necessário saber é que

A seca não resulta de modo simplista de condições pluviométricas adversas. Não é também oriunda simplesmente da perda da produção agrícola por escassez, ausência ou irregularidade de chuvas. Fundamentalmente, a seca tem conotação direta com crises periódicas que afetam a economia

agropecuária por inaptações das lavouras produzidas às condições de potencialidade e delimitações dos recursos naturais disponíveis (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.208-209).

Ao implantar assentamentos numa unidade geoambiental instável como essa, com os solos dessa natureza limitante que comprometem a produção, somente por ser tal área palco de conflitos e de latifúndios, implementar programas de contra-reforma agrária, como intitula Alencar (2005), só faz preservar e propagar as formas agrárias concentracionais.

No referente à relação sociedade-natureza, a situação ambiental do município de Parambu não foge ao padrão do Estado. Neste município, porém, outros elementos impactantes se fazem presentes, como a exploração irracional dos recursos, que vem causando desequilíbrio ambiental, principalmente quando se trata da exploração agropecuária realizada sem nenhuma técnica de manejo do solo e flora. Tal situação tem levado o município a enquadrar-se no eixo das áreas em condição de desertificação no Estado do Ceará.

Nesse quadro o camponês vai reproduzindo seus costumes e valores, desenvolvendo estratégias de convivência no semi-árido, construindo formas de apropriação dos recursos.

Aspectos ambientais e históricos do Sertão dos Inhamuns

Mais de 90% do território cearense está incluído no semi-árido, região mais susceptível ao problema das secas. Representa, ainda, 51% da superfície regional, caracteriza-se pela irregularidade de chuvas e apresenta médias de 400 a 700 mm por ano, as quais sofrem variações anuais.

Conforme consta em Souza e Oliveira (2002), a “[...] irregularidade de chuvas, aliada às altas taxas de evaporação, 2000 mm para 2800 h de insolação e médias de 50% de umidade relativa do ar, justifica elevados déficits de balanço hídrico e configura insuficiência de água para as lavouras” (p.208). No clima semi-árido, somente as condições de temperaturas chegam a manter certa regularidade, ou seja, médias térmicas superiores a 22°C.

Para Alencar (2005), as áreas de concentração dos assentamentos do Ceará, os Sertões (p.215) “[...], em termos de Unidades Geoambientais, são denominadas de depressão sertaneja” (p.215). Essa se caracteriza por vastas áreas de aplainamento com altimetrias que variam entre 100 e 400m, com rampas de pequenos declives orientadas para a costa e para o fundo dos vales sertanejos. As depressões ocupam cerca de dois terços do território cearense, e representam a superfície de piso regional. Tal unidade apresenta temperaturas que variam de 24°C a 26°C, além de ter uma pluviosidade média de 532,1mm.

De acordo com a mesma fonte (p. 215-216),

[...] são solos que apresentam limitações de uso em virtude de serem rasos, pedregosos, susceptíveis a erosão e deficiência d’água. Em razão dessas características e da ocupação de uso dessa unidade ambiental ao longo dos séculos, é uma região ambiental instável, com tendência a processos de desertificação, portanto, requer para ser explorada que as condições ambientais sejam respeitadas.

Nesse contexto, admite-se o fato das terras semi-áridas sempre terem sido determinantes da vulnerabilidade econômica regional especialmente na região do Sertão (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.208). Por muitos séculos a seca (3) foi o principal e maior impacto negativo sobre o contexto social, econômico e ambiental. O que se faz necessário saber é que

A seca não resulta de modo simplista de condições pluviométricas adversas. Não é também oriunda simplesmente da perda da produção agrícola por escassez, ausência ou irregularidade de chuvas. Fundamentalmente, a seca tem conotação direta com crises periódicas que afetam a economia agropecuária por inaptações das lavouras produzidas às condições de potencialidade e delimitações dos recursos naturais disponíveis (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p.208-209).

Ao implantar assentamentos numa unidade geoambiental instável como essa, com os solos dessa

natureza limitante que comprometem a produção, somente por ser tal área palco de conflitos e de latifúndios, implementar programas de contra-reforma agrária, como intitula Alencar (2005), só faz preservar e propagar as formas agrárias concentracionais.

No referente à relação sociedade-natureza, a situação ambiental do município de Parambu não foge ao padrão do Estado. Neste município, porém, outros elementos impactantes se fazem presentes, como a exploração irracional dos recursos, que vem causando desequilíbrio ambiental, principalmente quando se trata da exploração agropecuária realizada sem nenhuma técnica de manejo do solo e flora. Tal situação tem levado o município a enquadrar-se no eixo das áreas em condição de desertificação no Estado do Ceará.

Nesse quadro o camponês vai reproduzindo seus costumes e valores, desenvolvendo estratégias de convivência no semi-árido, construindo formas de apropriação dos recursos.

A apropriação dos recursos - a relação sociedade e natureza

A apropriação é caracterizada pelas formas de uso e pela trajetória de vida dos parceiros. As formas de apropriação dos recursos apresentam uma dinamicidade no tempo mundo e no espaço mundo. Para tanto são relevantes a resistência camponesa e a manutenção dos costumes, na economia, na política e na cultura das comunidades.

Conforme Diegues (2002, p. 408), a resistência destes aos arranjos capitalistas é expressa “[...] por uma extensa teia de relações de parentesco, de compadrio e de ajuda mútua, bem como pela aceitação compartilhada de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal”.

Portanto, os recursos são tomados aqui como um conceito presente na interface entre processos sociais e naturais, resultam de um olhar lançado pelos “homens” sobre seu meio biofísico, olhar esse orientado pelas suas necessidades, conhecimentos e seu *savoir faire* (GODARD, 2002), para conseguirem a soberania alimentar, superação dos problemas camponeses e resistência ao sistema capitalista.

Em continuidade ao debate sobre recursos, Raffestin (1993) afirma que esse é o produto de uma relação que pode evoluir constantemente; seu número de propriedades corresponde às técnicas disponíveis e ao interesse do processo produtivo. Ou seja, este é o produto de uma relação. Para o autor, o recurso só existe em função de uma prática representada “[...] trata-se de uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sociopolítica e sócio-econômica dos recursos” (RAFFESTIN, 1993, p.225).

Para Patterson (1975), algo só se torna recurso quando a população humana se encontra em situação de se beneficiar dele, ou, ainda, “o valor de recurso de um objeto natural depende da descoberta ou ampliação de sua utilidade” (PATTERSON, 1975, p.19).

Seguindo os labirintos que norteiam os conceitos, busca-se adentrar nas práticas de apropriação dos recursos socioeconômicos pelos camponeses de Ingá/Facundo; é preciso localizá-los no tempo e no espaço. Desse modo, o próximo tópico se caracterizará pela análise geohistórica da área em foco.

Os parceiros do assentamento Ingá/Facundo - Parambu - Ceará: a relação sociedade - natureza estabelecida pela apropriação dos recursos

O município de Parambu onde está inserido o projeto de assentamento Ingá/Facundo possui uma área de 2.303,40 km². Atualmente a população de Parambu é de 30.756 habitantes. De acordo com o último Censo, houve uma diminuição de habitantes, pois a população perfazia um total de 33.443 (IBGE, 2000). Tal fato está relacionado ao aumento da migração de populares, principalmente da zona rural, para a capital, Fortaleza, e outros Estados.

Como observado, a relação dos camponeses estudados com a propriedade onde vivem remonta à década de 1940, quando as primeiras famílias começaram o processo de ocupação da área, antes conhecida como Fazenda Fagundo.

No início da década de 1950 vários supostos proprietários surgiram na área. Contudo, os camponeses não acreditaram na veracidade desses fatos, pois os supostos fazendeiros apresentavam documentos de posse, mas exigiam pagamentos de renda pelas terras apossadas.

Das tentativas de reivindicação de posse, a mais expressiva foi a advinda do Sr. Nilton, que enviou vários empregados para derrubar as cercas e destruir as lavouras de algodão, e mostrou ter obtido esse direito por meio de liminar da justiça.

Em reação à liminar, os camponeses decidiram não pagar a renda a ninguém que aparecesse na propriedade. Contaram, então, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Parambu e da Igreja Católica.

Além de Ingá/Facundo existem no município de Parambu 26 projetos de assentamentos rurais. Destes, conforme Alencar (2005), 24 são provenientes da política de compra e venda (Cédula da Terra) e somente três são resultantes de desapropriação por interesse social (INCRA): O assentamento Serra das Moças e dos Caboclos; o assentamento Serra do Meio e o Ingá/Facundo, objeto de estudo. Esse projeto de assentamento é dividido em dois grandes blocos. O primeiro é chamado de Ingá, e se localiza a 4 km da sede do município. O segundo é conhecido como Facundo e está localizado a 11 km da sede. Existem, no entanto, outras subdivisões nesses blocos, como são chamados pelos parceiros. São elas: Ingá de Cima e Ingá de Baixo e o Bloco Facundo: Facundo I, II e II, além das comunidades de Citola, Extrema e Baixo.

De acordo com o evidenciado, parte dos atuais parceiros não possuíam vínculos com a área desapropriada na década de 1980. Os mais antigos relatam de forma clara o conflito político, pois os supostos proprietários das terras mantinham relações com os poderes políticos da cidade de Parambu.

Mas era preciso conseguir recursos, e a conquista da terra, água, fauna e flora pelos trabalhadores de Ingá/Facundo se deu mediante enfrentamento com os grileiros de terras. As relações de conflito fazem parte da vida dos nômades camponeses que vivem a se deslocar na busca por trabalho e um pedaço de chão, um lugar para se fixar, plantar, lidar com a terra e produzir para garantir a sobrevivência da família.

Os camponeses parceiros de Ingá/Facundo lidam com a terra como principal recurso para garantir a sobrevivência, a produção agrícola e a reprodução familiar.

Conforme constatou-se, as atividades produtivas são conduzidas e reguladas pela natureza. É costume a realização de práticas, de preparo da área, como o plantio, os tratos culturais (adubagem, utilização de fertilizantes naturais) e a colheita. Para conseguir plantar no período mais propício ao desenvolvimento do milho e do feijão, os camponeses obedecem aos regimes pluviométricos. Como afirma Godoi (1998, p.102) é sobre esse espaço vivido “[...] transformando a natureza, que eles vão imprimir sua história e sua geografia no mundo. Para esses camponeses [...], é o trabalho técnico e simbólico sobre a natureza que vai ajudar na construção de uma identidade ancorada no pertencimento a um mesmo grupo”. Essa sazonalidade temporo-espacial leva os habitantes desse lugar a criarem, constituírem as formas de relacionamento com a natureza, conduzindo no campo social hábitos e costumes que são reproduzidos, recriados ao longo do tempo.

Segundo se apreende com a convivência, os costumes, por décadas, foram passados de pais para filhos. Este passado se desdobra até o presente, permanece, mas não possui a mesma expressividade de vinte anos atrás, quando os filhos seguiam o ofício dos pais. Atualmente, muitos dos jovens de Ingá/Facundo têm saído da comunidade em busca de melhores condições de vida, na Bahia e outros lugares. Entretanto, os que permanecem dificilmente seguem uma profissão diferente da agricultura. Para o Sr. Henrique,

[...] não é a toa que a grande parte da juventude vive fora...eu mesmo, dos oito da minha família, [...] parece que tem três que moram aqui comigo, os outros tão tudo fora...e a maior parte das famílias é assim...a juventude é... (ANTÔNIO HENRIQUE, 65 anos, abril/2006).

Nas palavras de Wanderley (2000), “o que mais ameaça o dinamismo do meio rural é o êxodo de sua população, que se traduz pela perda direta e imediata da vitalidade social, representada pela saída em

número expressivo de seus habitantes” (p.31). Esta situação é constatada em Ingá/Facundo, bem como em todo o Estado. Ao se observar o assentamento em estudo, uma interrogação persiste nas comunidades: Como se dará a apropriação dos recursos nas áreas rurais futuramente, já que a maior parte da população no assentamento em foco se configura como adulta? Apesar da urgência, este questionamento não pode ser respondido nesse momento.

No entanto, vislumbra-se uma possibilidade, qual seja, a existência de agregados, isto é, aqueles camponeses, filhos dos parceleiros cadastrados, que tendo se casado, ou simplesmente constituído família, passam a residir no terreno do parceleiro titular. Nesse sentido, muitos filhos de parceleiros dividem o roçado com o titular da terra recebendo o valor de uma diária (R\$ 10,00) ou uma parte da produção variável conforme a quantidade obtida.

Considerações Finais

No espaço agrário do País, o campesinato é percebido sobretudo em virtude das constantes reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra aos vários seguimentos da sociedade. Tais reivindicações têm vista uma ocupação equilibrada do território, sustentação da família, garantia da segurança alimentar, promovendo a continuidade das tradições culturais e dos costumes.

Nestes espaços, as ações se expressam por meio de iniciativas de resistência do setor camponês ao sistema excludente imposto. Entretanto, tais atores sociais se ressentem de melhores condições de trabalho, particularmente da falta de assistência técnica para orientá-los durante o processo de apropriação dos recursos naturais. Nessa configuração, a necessidade de discutir a temática tem se expressado nas últimas décadas, gerando uma reflexão sobre o conceito dos costumes camponeses, onde se deve considerar o caráter identitário dos habitantes desses núcleos populacionais tradicionais.

Conforme se apreendeu, o estabelecimento da relação sociedade-natureza no assentamento Ingá/Facundo está fundamentado nas trajetórias de vida dos camponeses que residem nessas áreas. São as formas de lidar com a terra que caracterizam os costumes dos parceleiros e agregados ali residentes. Contudo, essas não são razões para se desconsiderar o fato dessas práticas também estarem promovendo a degradação dos recursos naturais (solo, flora, fauna e água da propriedade), por vezes, mal empregadas pelos camponeses.

Assim, pode-se afirmar que as atividades desempenhadas por esses parceleiros e agregados visam à produção e reprodução do ser camponês, por meio da garantia de subsistência familiar. Referidas atividades, porém, têm se refletido de forma negativa sobre a área, isso em sua perspectiva física e social, pois em longo prazo os recursos poderão estar ameaçados. Assim, a produção, essencial à subsistência da família camponesa, em breve, se tornará uma questão problemática. Diante da situação, é preciso repensar sobre o saber camponês e o modo como usá-lo devidamente na apropriação dos recursos destinados à sobrevivência familiar.

Notas

¹ Parceleiro é [...] aquele que tenha adquirido lotes ou parcelas em áreas destinadas à reforma agrária ou à colonização pública ou particular (art. 10 do Decreto nº. 59.428/66), de acordo com o Glossário de Termos Técnicos do INCRA (1981).

² *Colo* significou na língua de Roma “eu moro, eu ocupo a terra”, e, por extensão, “eu trabalho”, “eu cultivo o campo”. Um herdeiro antigo de *colo* é *incola*, o habitante, outro é *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia. Quanto a *agrícola*, já pertence a um segundo plano semântico vinculado à idéia de trabalho (BOSI, 1992, p.11).

³ Nesse quadro acrescenta-se que o primeiro registro de seca na região do semi-árido nordestino é de 1552. Nesta ocasião, o padre Antonio Pires afirmara que “em Pernambuco havia quatro ou cinco anos que não chovia” (VILLA, 2001, p. 17). No caso do semi-árido cearense os primeiros registros aparecem no século XVII: 1603, 1606, 1614, 1645, 1652 e 1692. Já no XVIII, Villa (2001) fez registro das secas de 1711, 1721-1725, 1736-1737, 1745-1746, 1754, 1760, 1766, 1772, 1777-1778, 1784 e 1791-1793, a última grande seca do século. Fez-se ainda o registro das seguintes secas no século XIX: 1804, 1809, 1810, 1814, 1816-1817, 1825, 1845-1846, 1864, 1877-1879. Conforme Chandler (1980, p.202)

secas relativamente sérias assolaram o Ceará em 1888-89, 1891, 1898, 1900, 1902-03, 1907, 1915 e 1919. Na década de 1920 a área foi coberta de fartas chuvas, mas no início da década de 1930 veio outra seca severa. Embora todas tenham afetado os Inhamuns, as de 1888-89, 1898, 1900 e 1915, além da de 1932, foram mais prejudiciais” (p.202).

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp, 1992.
- ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- _____. **Uma Geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.
- BARROSO, Oswald. **A arte e a cultura na construção da reforma agrária**. Fortaleza: INCRA, 2005.
- BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. 2ª ed. São Paulo: INCRA, 2000. Caderno de Formação, nº 34.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO, H. M. de. **O campesinato do século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil**. Trad. de Alexandre F; Coskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 92-122.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 407-432.
- GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 201-266.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; NIEMEYER, Ana Maria de (Org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas – SP: Mercado de Letras, Campinas, 1998.
- INCRA. **A a Z: Glossário de Termos Técnicos do INCRA**. Brasília: INCRA, 1981.
- _____. **Plano de Desenvolvimento e de Recuperação do Assentamento Ingá/Facundo**. Parambu – Ceará: INCRA, 2005.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- PATERSON, J.H. **Terra, trabalho e recursos: uma introdução à Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.
- PINHEIRO, Antônio Flávio Costa. **Assentamentos Barra do Leme e 24 de Abril: poder e sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004. 221 f.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Revista Mundo & Vida**, v.2, 2000. Disponível em <[http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1(1-2)07-13.pdf)>. Acesso em 10/2/2007.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Espaço e sociedade** (Ensaio). Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12ª ed. São Paulo: Editora Record, 2005.
- SMITH, Neil. A ideologia da natureza. In: _____. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 27-65.
- SOUZA, Marcos José Nogueira; OLIVEIRA, Viádia Pinto de. Semi-árido do Nordeste do Brasil e o fenômeno da seca. In: HUBP, José Hugo; INBAR, Moshe. **Desastres naturais en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 207-p221.
- SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – UnB, 1981.
- STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil - 1: O debate tradicional – 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.
- THOMPSON, Edward P. **costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: CIA das Letras, 1998.
- VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão – história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2001.
- WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n.2, p.29-37. jul/dez, 2000.
- WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.

Trabalho enviado em outubro de 2007.

Trabalho aceito em dezembro de 2007.